

Anais da Assembléia

CURITIBA, 14 E 15 DE AGOSTO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício Fruct (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Heroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruct (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel — SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB) — SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruct (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quilse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 126.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 14 de Agosto de 1974 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Borsari Neto.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacif — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Iris Caldart — Leopoldo Jacomei — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.
 Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 129-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 140-73, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio na sede do Município de Pérola, com instalação e funcionamento no próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 130-74.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para sexta-feira, dia 16, às 9.30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 128-74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 127.ª Sessão Ordinária
Realizada em 14 de Agosto de 1974 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Ovidio Franzoni.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacif — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Iris Caldart — Leopoldo Jacomei — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

REQUERIMENTOS:
Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Petrônio Romero Carneiro de Souza, ocorrido ontem, dia 13, nesta Capital, progenitor do Senhor Doutor Clóvis Stadler de Souza, Diretor Administrativo desta Casa.

Membro de conceituada família, procedente de Pernambuco, radicou-se há mais de 40 anos na cidade de Palmeiras, onde militou com dedicação a Advocacia.

Pesca largamente relacionada, perde a comunidade um exemplo de trabalho e probidade, pois que ocupou vários cargos públicos, com participação ativa em todos os problemas políticos e administrativos daquela cidade. Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste Requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1974.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento, à alta direção do Banco do Estado do Paraná S. A., de apelo no sentido da instalação, na sede do Município de Santana do Itararé, de uma agência da citada casa bancária oficial do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1974.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 203/74, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 121/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a estrada que liga o Município de Palmeira a Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1974.

(a) Domicio Scaramella

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente Plano de Lei, Sr. Presidente, pela importância que possui a referida estrada no contexto da economia paranaense.

Não é do desconhecimento de ninguém a produção agrícola do Município de Palmeira e arredores, nos setores do arroz, soja e trigo. Por outro lado esses cereais têm a sua maior comercialização e industrialização justamente no Município de Ponta Grossa, onde se encontram os grandes complexos industriais paranaenses.

Com uma estrada asfaltada e, portanto, condizente com a importância da Região afora Palmeira, seriam beneficiados os Municípios de Porto Amazonas, Irati, Teixeira Soares São João do Triunfo e São Mateus do Sul, que não teriam o atual problema de verem, às primeiras chuvas, o escoamento de suas safras paralisadas pela falta de um escoadouro.

Afora este fator preponderante, esta rodovia, se pavimentada desafogaria, em grande parte, a Rodovia do Café, hoje altamente congestionada por ser o único elo de união entre o Norte do Estado e a Capital paranaense.

São estes os motivos que expomos e pelos quais confiamos na aprovação deste Plano de Lei por parte de nossos Pares.

Projeto de Lei n.º 122/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a exigência da construção de um restaurante popular tipo SAPS, constante no artigo 2.º da Lei n.º 726, de 31 de outubro de 1951.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 14 de agosto de 1974.

(a) Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 726, de 31 de outubro de 1951, que autorizou a doação do imóvel em questão, dispõe, em seu artigo 2.º que, pela doatária, seria construído no local um prédio que contivesse em suas instalações centrais, além de outras obras assistenciais, um restaurante popular tipo SAPS. O prédio foi construído e nele várias obras assistenciais e culturais estão instaladas, exceção ao restaurante tipo SAPS. Assim sendo e tendo em vista que o local foi considerado inconveniente à instalação de restaurante e ainda pelo fato de que a forma dos chamados restaurantes SAPS não frutificou no País por não terem sido obtidos os resultados que eram esperados, solicitamos aos nossos Ilustres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei, por ser de inteira justiça.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna para transmitir à Casa um fato que vai ocorrer no Norte Pioneiro com a visita dos dois ilustres candidatos ao Senado e Suplência do Senado, Deputados João Mansur e Borsari Neto. É com satisfação e euforia que aquele povo recebe esses dois homens públicos com suas candidaturas praticamente vitoriosas. E nós que militamos na política temos imenso prazer de estar aqui, neste momento, dizendo da satisfação daquele povo que, de braços abertos, recebe aqueles que têm batalhado pelo Norte Pioneiro, no passado o ex-Governador Parigot de Souza, com seu tino administrativo, e, hoje, Emílio Gomes, muito contribuíram para o desenvolvimento daquela Região. Estamos vendo a PR-1 toda empreitada, seu leito com serviços de terraplenagem pronto em Jaguariá e Santo Antônio da Platina. E muito o Paraná deve a esses dois homens; muito o Norte Pioneiro deve a essa dupla de homens públicos que ao lado do Governo, da Secretaria dos Transportes e do DER, muito trabalharam para que essa estrada se tornasse uma realidade palpável. E vemos o trecho Lisimaco Costa-Wenceslau Braz também em fase de conclusão. Embora essa estrada não seja asfaltada dá tráfego em tempo de chuva. É por isso que temos confiança nas candidaturas desses dois homens ilustres: João Mansur e Borsari Neto. Aguardamos, em Jaguariá, S. Exas., dia 16, às 19 horas, pernolitarão naquela cidade; dia 17 seguirão para Songés. São José da Boa Vista, Wenceslau Braz, Tomazina e Siqueira Campos; pernolitando a "Caravana da Vitória" em Siqueira Campos. Dia 18, irão a Santana do Itararé, Salto do Itararé, Carlópolis, Joaquim Távora e Catiguá, retornando, então, à Capital.

É porisso que estamos eufóricos, fazendo uma campanha justa e digna desses dois homens que hão de honrar o Paraná no Senado Federal. Razão pela qual conclamamos o povo do Paraná, que sem olhar partido, sem olhar composição política, votem nesses dois homens que hão de carrear para o Norte Pioneiro muitos benefícios.

João Mansur, nosso Presidente da Assembléia, e Deputado Borsari Neto, nosso colega de Bancada, hão de ver seus nomes coroados de êxito, porque, pelo menos 80% do sufrágio há de ser a favor desses dois grandes paranaenses.

É esta nossa esperança, é esta a esperança do povo do Paraná, do povo que não quer outra coisa, senão ver seu Estado projetado no cenário federal e assim poderemos dizer a S. Exa. o Sr. Jayme Canet que aguardamos a caravana da vitória em Jaguariava, cidade onde fazemos política e começamos nossa jornada ao Norte Pioneiro.

Agradecemos ao Deputado João Mansur, ao Deputado Borsari Neto e ao Governador do Estado, Sr. Emílio Gomes e a todo o Paraná e convidamos a todos, para que votem nesses dois nomes, para a felicidade do Paraná e de sua gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando Governador era do Paraná o Sr. Paulo Pimentel, nos últimos dias de seu Governo, S. Exa. resolveu assinar um decreto, dando condições para que os casos de readaptação fossem examinados pelo DESP. Nesse decreto, S. Exa. deu um prazo de 60 dias após a publicação, para que os interessados requeressem e enviassem ao DESP, de acordo com suas necessidades e direitos. Assim é que, perto de 4 mil Requerimentos foram enviados, mas apenas 2 mil estão em condições de serem apreciados. De lá para cá, ou seja, a partir de 5 de março de 1971, decorridos quase 4 anos, nenhuma medida foi tomada pelos governos que o sucederam.

Diante desse estado de coisas, já que fomos nós os responsáveis pela assinatura daquele decreto, em função do pedido que fizemos anteriormente, hoje, estamos através de Requerimento enviado à Mesa, — se aprovado for — solicitamos que o assunto volte à tona e seja resolvido. Assim é que o Requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado veementemente apelô aos Excelentíssimos Senhores Governador Emílio Hoffmann Gomes e Secretário dos Negócios do Governo Doutor Vesperto Mendes, solicitando seja autorizado o DESP a proceder os exames de Readaptação do Funcionalismo do Estado, bem como, sejam incluídos no Orçamento de 1975 os recursos necessários à sua implantação.

Requer, outrossim, o encaminhamento de cópias do pronunciamento que fizemos hoje da Tribuna desta Casa sobre o assunto aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Negócios do Governo.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1974".

Vamos tomar mais tempo dos Srs. Deputados, para que analisem o assunto conosco. (Lendo): "Uma das premissas que tem regido nossa conduta nesta Casa, é a promoção da justiça à classe dos Funcionários Públicos do Estado. Em diversas oportunidades, nesta e na anterior legislatura, fizemos uso desta Tribuna em prol das reivindicações da nobre classe, inclusive do instituto da readaptação.

Acreditamos ser desnecessária neste momento colocar em evidência a importância desta classe funcional, no processo de desenvolvimento econômico do Estado e da Nação.

Atualmente, face ao crescimento do setor industrial, das Companhias de Economia Mistas e das empresas prestadoras de serviços no Estado e no País, além do surto industrial previsto para o Paraná nos próximos anos, a iniciativa particular vem buscando elemento humano, a mão de obra qualificada, de que necessita para o preenchimento de seus quadros funcionais, no setor público. arrebata grandes valores da administração estatal. Esta evasão há tempo vem se fazendo sentir, causando grande preocupação entre os responsáveis pela máquina administrativa da União e do Estado; evasão esta provocada por uma série de vantagens oferecidas pelas empresas privadas, principalmente de uma remuneração 4 ou 5 vezes superior a que vem sendo paga pelo Estado, em funções similares.

Tentando evitar um esvaziamento dos quadros técnicos do Estado, o Governo do Paraná, numa medida justa e oportuna, instituiu a Gratificação de Produtividade para o pessoal técnico de nível superior, tentando destarte evitar a fuga dos mesmos para a atividade privada, necessários que são ao funcionamento da administração pública.

Todavia, essa medida justa veio de encontro a uma pequena parcela do funcionalismo público.

O Governo Federal tem demonstrado preocupação com a valorização dos seus servidores, estando bem evidente a sua intenção de corrigir distorções quando determinou a Paridade, a Reforma Administrativa, através do Decreto n.º 200/57 e mais recentemente, a Reclassificação de Cargos, enaltecendo a função do Servidor Público, com uma política funcional definida, dando em contrapartida uma remuneração salarial compatível com as funções desempenhadas.

Existe hoje na administração pública do Estado, um grande número de Servidores que dispõem de qualificação para fazer carreira dentro do serviço público, muitos dos quais com formação universitária; necessário se faz que o Governo do Estado, promova (de fato, porque de direito já existe) a readaptação nos seus quadros funcionais, além de outras situações anômalas ao funcionalismo administrativo.

A readaptação já existe de direito desde a promulgação da Constituição de 1970 no seu artigo 151, tendo sido o mesmo regulamentado pelo Decreto n.º 22.577, de 5 de março de 1971. Desde essa data estava formalizado o instituto da readaptação, com a intenção clara e nítida de regularizar a vida funcional de muitos Servidores desviados de suas funções; são pessoas que recebem sua remuneração, obviamente, pelo cargo no qual estão enquadrados, mas exercem funções à altura de suas aptidões. O mérito é dado pela capacidade e pela confiança que merecem de seus superiores, dentro da hierarquia da Administração Pública, fazendo jus, em contrapartida, à remuneração referente à função que exerce.

Cumprindo a regulamentação contida no Decreto supra citado, foi criada no DESP uma Comissão Especial para o exame dos pedidos de readaptação, os quais tinham o prazo de 60 dias, a partir da publicação do Decreto, para serem encaminhados à Administração Pública. Cerca de 4.000 Requerimentos

estão de posse dessa Comissão Especial, no aguardo, cremos nós, de determinação expressa do Senhor Governador autorizando o andamento dos mesmos.

Teremos um interstício de 6 meses, o qual será suficiente para o DESP estudar, dar parecer e promover os concursos de provas e títulos, quesitos exigidos pelo Decreto n.º 22.577 e ainda haverá tempo para a programação orçamentária.

Diga-se de passagem, a dita readaptação não onerará substancialmente as finanças do Estado, senão vejamos: o funcionário é nível 21 e é readaptado em outra carreira no nível 22 — a diferença de valor é de Cr\$ 88,00, ficando obviamente vago o nível 21, que poderá ser ocupado por outro readaptando e assim sucessivamente.

Feitas estas considerações, o que nos traz, especificamente, à Tribuna nesta oportunidade, é solicitar ao Governo do Estado e seus órgãos vinculados, uma maior atenção ao problema da readaptação do Funcionalismo Estadual.

A nossa reivindicação em favor do Funcionalismo, é porque acreditamos que o Governo dispõe de condições para corrigir esta grave distorção no seio de sua administração.

Isto posto, sugerimos que o Governo do Estado promova os exames de readaptação ainda este ano, prevendo, inclusive, na proposta orçamentária a ser enviada a esta Casa proximamente, os recursos necessários para sua implantação a partir do próximo ano. Portanto esta medida que acabamos de propor, acreditamos venha a ser acatada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, a qual redimirá sem dúvida alguma numa maior produtividade da administração estadual, além de possuir um alcance social amplo e, sobretudo, por se constituir numa medida justa e oportuna".

Srs. Deputados, antes do Decreto ser assinado pelo Governador Paulo Pimentel por três ou quatro vezes ocupamos esta Tribuna para defender a tese.

Hoje, as condições existem para a readaptação. O que se faz necessário é que o Governo do Estado determine ao DESP que a Comissão Especial criada cumpra o que dispõe o Decreto e que essa Comissão Especial existe para estudar o caso, Comissão criada para estudar os 4 processos e dois se encontram em condições legais para serem apreciados. Devemos pôr um fim a esta novela que já se desenvolve há bastante tempo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando preferência na discussão e votação, para o Projeto de Lei n.º 103/74. — Aprovado. De acordo com o Requerimento de preferência aprovado:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 35/74, que dispõe sobre o pagamento da Gratificação de Produtividade que trata a Lei n.º 6.563, de 25-08-74 aos ocupantes dos cargos de carreira que especifica, dos Quadros de Pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Passaremos à apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/74, de autoria da Comissão Executiva, que estabelece novos horários para realização das Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 29/74, que dispõe sobre a criação de cargos na Tabela II, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada estabelecido pela Lei n.º 6.402, de 22-05-73. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 34/74, que dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Escrivas, Oficiais de Justiça, Comissários Porteiro de Auditório e Auxiliares de Cartório, do Quadro da Justiça e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Com Emenda de Plenário. — Em discussão.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Apenas para dizer que este Deputado apresentou Emenda a este Projeto que está em poder da Mesa...

O SR. PRESIDENTE — Com a Emenda oferecida em 2.a discussão e agora uma Emenda oferecida em 3.a discussão, no seguinte teor: (Lê):

"EMENDA

Ào Projeto de Lei n.º 102/74

Acrescente-se ao projeto o seguinte artigo:

"Art. — Os servidores inativos nos termos do disposto pelo art. 38, da Lei n.º 4.975, de 2 de dezembro de 1964, ficam com seus proventos elevados em 2 (dois) níveis".

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1974.

(a) Arthur de Souza".

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, a Liderança tem uma preocupação. Inicialmente considera a Emenda do ilustre Sr. Deputado Arthur de Souza uma redundância do Artigo 38 da Lei, a que se refere o nobre Deputado, ela concede direitos aos funcionários do Tribunal de Justiça, à percepção das vantagens da Lei que nós estamos votando.

Se não me engano, o Artigo 38 tem a seguinte redação:

"Os aumentos de vencimentos ou vantagens que vierem a ser concedidos às pessoas do Poder Judiciário, serão aplicados na mesma proporção, aos servidores abrangidos por esta Lei, automaticamente em ex-officio pelo órgão competente".

Primeiro, eu fiz o apelo ao nobre Deputado Arthur de Souza, fazendo ver a S. Exa. que não havia necessidade de emendarmos a Mensagem Governamental, para beneficiarmos aquela categoria funcional, porque ela já está garantida nos termos do Artigo 38 da Lei n.º 4.975.

E mais uma preocupação, Sr. Presidente, eu não conheço ainda a Reda-

ção Final da Lei que foi consequência da Mensagem Presidencial que fez severas restrições aos Governos dos Estados, no tocante às concessões, vantagens e aumento a Funcionários Públicos no período entre noventa dias antes e noventa dias após as eleições de 15 de novembro.

Esta Emenda apresentada, quando o Projeto se encontra em 3.ª discussão, quer me parecer objeto de retorno desta Mensagem, deste ante-Projeto de Lei, para uma 4.ª discussão e votação.

A Liderança preocupada em que o Governo do Estado pudesse contar com os autógrafos de todas as Mensagens, de conferir benefícios ao Funcionalismo, até 15 do corrente mês, para que pudessem ser sancionadas antes do período de restrição, imposto pelo Sr. Presidente da República. Já havia também, Sr. Presidente, se antecipado, havendo requerido dispensa de publicação da Redação Final. Tendo contado também com a boa vontade dos Srs. Deputados, membros da Comissão, e antecipado a Redação Final, com a aquiescência de V. Exa. já que terros o interstício necessário de 24,00 horas para estas e outras Mensagens anunciadas para a Sessão de amanhã e que se encontram em Redação Final.

Reitero o apelo a S. Exa. o Sr. Deputado Arthur de Souza, no sentido de que observe os dois aspectos.

O primeiro, de que é redundante a sua Emenda.

O segundo, que não poderíamos retardar a tramitação, poderíamos, quem sabe, Sr. Presidente, impedir a aplicação desta Lei, com benefícios para os Escrivães do Crime Officiais de Justiça, Porteiro de Auditório e outros Funcionários do Tribunal de Justiça, não aplicando esta Lei.

Faço o apelo sem que S. Exa. o Sr. Arthur de Souza veja no meu apelo qualquer sentido de oposição às suas Emendas. Mesmo porque a que ele apresentou ontem, a Liderança aquiesceu e toda a Casa, por unanimidade deu-lhe apoio, muito embora isto não significasse, tacitamente, que S. Exa. o Sr. Governador tenha que sancionar, poderá até vetar.

Fica o apelo; se S. Exa. entender como válido, ótimo; se S. Exa. considerar necessária a apresentação eu me curvo. Porque não vamos permitir que nesta época se façam aqui pedidos de verificação e constatação de quorum, com chamada nominal, quando todos nós sabemos que há uma preocupação de auto-defesa dos atuais Deputados Estaduais poderem visitar seus retdos eleitorais, porque estamos numa desvantagem enorme com os novos postulantes a cargos eletivos; temos que dar os dois terços, aprovados pela Constituição, quando outros candidatos não a têm.

Fica nosso apelo ao nobre Deputado Arthur de Souza; a solução que ele melhor considerar dar, a Liderança acata como sendo válida.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, eu tenho a maior satisfação em atender o apelo do nosso Líder, mesmo porque sempre fui soldado do Partido que se curvou sempre quando o bom senso impera nesta Casa. E S. Exa. tem pautado neste sentido. Contudo, quero crer que uma vez que o Projeto já tenha sofrido Emendas de Plenário, ele forçosamente vai à 4.ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE — Para responder a questão de ordem do Deputado Arthur de Souza, esta Presidência esclarece que o Projeto só irá à 4.ª discussão se houver Emendas em 3.ª discussão.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa., data vênha, quer citar o artigo que trata dessa matéria?

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, a Emenda anterior de autoria do Deputado Arthur de Souza, foi apresentada quando o Projeto se encontrava em 2.ª discussão. Parece-me, Sr. Presidente, que o bom senso indica que as Emendas nunca devem apanhar despercebidamente esta Casa, razão pela qual, ela é submetida a duas discussões e votações.

Agora, se a Emenda entrar em 3.ª discussão, ela sofrerá ainda uma 4.ª discussão e votação, para que os Srs. Deputados tenham a oportunidade de duas Sessões seguidas para discutí-las e votá-las.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do Deputado Arthur de Souza informo que este dispositivo encontra-se no parágrafo 1.º, do artigo 147, do Regimento Interno, que diz: "Se as Emendas aceitas em 3.ª discussão, contiverem matéria nova, passarão por mais uma discussão juntamente com os artigos do Projeto a que se referirem".

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, atendendo a solicitação de meu querido Líder, retiro a Emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 102-74, com Emenda apresentada em 2.ª discussão. Submeto à votação preliminarmente a Emenda. — Aprovada.

Em votação o Projeto. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31-74 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15-74, que visa doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rio Negro, o imóvel denominado "Hospital Bom Jesus de Rio Negro", de propriedade do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

15-74

Curitiba, 1.º de abril de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, o imóvel que especifica, denominado "Hospital Bom Jesus de Rio Negro" de propriedade do Estado do Paraná.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá ela ensinar condições a fim de que o questionado hospital passe a funcionar de maneira a que atenda plenamente às necessidades da Região.

Para oferecer detalhados esclarecimentos sobre em torno do assunto e no tocante à Entidade donatária, anexamos cópia autêntica do requerimento formulado pela Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, cujo processo foi protocolado na Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, sob n.º 08513-73.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o ne-

cessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N.º 31-74

Art. 1.º Fica o Poder Executivo, autorizado a doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e Infância do Rio Negro —, o imóvel denominado Hospital Bom Jesus de Rio Negro, de propriedade do Estado do Paraná, constituído de um prédio em alvenaria de tijolos, com 1.678,00 m2 aproximadamente e demais benfeitorias, edificado no terreno com a frente para a Praça João Pessoa, Rua 7 de Setembro e Avenida Xavier da Silva, adquirido conforme transcrições de n.º 3.425, fls. 302 do livro 3—D e n.º 3.743, fls. 395 do livro 3—D do Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro.

Art. 2.º O imóvel objeto da doação, de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizado para fins hospitalares, não podendo em qualquer tempo, ser transferido para terceiros, ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º Este lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE — Proteção à Maternidade e Infância

Ilmo. Sr.

JOÃO MANSUR

DR. GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

A ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFANCIA DE RIO NEGRO, associação civil com sede na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, por seu representante legal abaixo assinado, vem, com o devido acatamento expor e requerer a V. Excia. o seguinte:

1. — A suplite. foi fundada em 6 de agosto de 1924, passando em 23 de março de 1952, sob os auspícios do Departamento Estadual da Criança, do Estado do Paraná, e é associação civil, sem finalidade de lucros, com personalidade civil estando os seus atos constituídos devidamente registrados sob n.º 27, a fls. 14, do Livro 1, de Registro de Sociedades Cíveis, do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, da Comarca de Rio Negro, neste Estado, conforme fazem prova os Estatutos anexos.

2. — Tem por finalidade, como disciplinado está no art. 2.º, de seus estatutos, a proteção e assistência à Maternidade e à Infância, desde a gestante, o parto e a criança, prestando-lhes tratamento médico e alimentar adequado.

3. — Como a grande maioria das associações assistenciais privadas, deve-se a sua existência ao esforço, abnegação e perseverança de pessoas de ânimo inquebrantável, que jamais deixaram se vencer pelas dificuldades que se apresentavam, e sua existência é mais uma prova de que o ânimo conjugado e inquebrantável pode realizar obras que parecem inatingíveis. Iniciou modesta, para se tornar a magnífica realidade que hoje aí está, organização exemplar, que se ombreia às melhores do genero, tendo, no curso dos anos, prestado inestimável serviço à comunidade e à gente da região.

4. — Fundada em 6 de agosto de 1924, passou a funcionar em dependências cedidas graciosamente pelo Hospital Bom Jesus de Rio Negro, contando com recursos oriundos das mensalidades de suas associadas seus componentes são exclusivamente senhoras, e o resultado de festas e campanhas levadas em efeito, donativos eventuais.

Seus Estatutos foram aprovados em Assembléia Geral Extraordinária de 22 de março de 1931, e o extrato deles registrado sob n.º 8, a fls. 5 v/6, do Livro n.º 1, do Registro de Sociedades Cíveis, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

Já em 7 de janeiro de 1934 foi decidida a construção do prédio próprio e, em Assembléia de 25 de abril de 1935 determinada a aquisição de imóvel sito à Praça João Pessoa, em Rio Negro que concretizada, permitiu o lançamento da pedra fundamental da construção em 13 de outubro de 1935, com a presença de 195 pessoas, entre autoridades e associadas.

Em 13 de abril de 1935 o Sr. Interventor do Estado, Manoel Ribas, doou a importância de VINTE CONTOS DE REIS.

Erigido o arcabouço do prédio, e ainda não concluindo, em 26 de janeiro de 1941 o Sr. Interventor Manoel Ribas enviou ofício à Associação, solicitando a presença da Diretoria na Capital do Estado, a quem disse saber das dificuldades da entidade, propondo passar para o Estado a responsabilidade pelo término da construção, para o que seria necessário transmitir ao Estado a propriedade do imóvel, o que foi feito através de escritura de doação em data de 24 de junho de 1941.

Já em 31 de outubro de 1943, com a presença do ilustre Interventor e sua comitiva, foi inaugurada uma enfermaria, que levou o nome de sua esposa Sra. ANITA RIBAS, sendo oficializada a inauguração do novo prédio.

A construção original era da área de mais ou menos 672 m2. (seiscentos e setenta e dois metros quadrados), ampliada mais tarde para 1.678,23 m2. (um mil seiscentos e setenta e oito metros quadrados e vinte e três décimos quadrados).

5. — É administrada por uma diretoria composta de senhoras da sociedade local, enquanto que a administração interna está a cargo das Irmãs de Maria de Schoenstatt e de um médico que é o Diretor Clínico. A Diretoria e o Diretor Clínico não percebem remuneração.

6. — Está inscrita no C.G.C.M.F. sob o número 80.860.752/001, está Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social pelo processo n.º 3893/38 de 15 de setembro de 1938; Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n.º 66.792 de 30 de junho de 1970; Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 13/63, de 13 de agosto de 1963; Foi declarada isenta de Imposto de Renda conforme decisão proferida no processo n.º 10.162/70.

7. — Mantém convênios de atendimento com o INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL, com o FUNRURAL, com o DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM, com o 1.º BATALHÃO FERROVIÁRIO e outras entidades, o que lhe assegura uma renda que lhe dá auto-suficiência.

8. — No curso dos anos, desde sua construção o prédio foi sensivelmente aumentado — mais de UM MIL METROS QUADRADOS, além de constantemente modernizado, e bem assim o seu equipamento e instalações, atendendo às exigências da medicina moderna.

Hoje, o seu atualizado equipamento e instalações lhe permitem prestar a mais adequada assistência, colocando-a entre os melhores no genero, com o que grangeou elevado conceito, que é a melhor paga àqueles que, com abnegação, vem lhe dando continuidade.

9. — Da construção primitiva, não fora o seu inestimável valor como arrancada inicial e irreversível, para chegar à magnífica realidade atual, pouco

resta. As constantes transformações, ampliações e melhoramentos, já lhe deram outras feições. Ficou, no entanto, o mesmo ânimo e os mesmos propósitos que impulsionaram as suas fundadoras que como se vê, lançaram a semente em terra fértil, permitindo o seu fortalecimento e constantes melhorias, tudo traduzido na colheita de valiosos frutos.

10. — A totalidade de sua renda é utilizada na manutenção e conservação, além de ampliação e melhoria, de suas instalações e no atendimento gratuito a indigentes, na consecução dos objetivos sociais.

Assim além do tratamento e assistência à gestante, desde antes até depois do parto e, ainda ao lactente, sentiu a Associação a necessidade de dar, também, assistência à criança, porque constatou que a assistência que dava às indigentes não atingia ao seu próprio propósito, em toda sua plenitude. Porque muitas vezes, todo o dispêndio com tratamento da gestante, a assistência ao parto, e ao recém nascido, após deixarem a maternidade, se perdia, mesmo dando à mãe e a criança roupas e agasalhos, e alimentação para as primeiras semanas era por demais frequente virem as crianças a falecer, por falta de recursos e assistência após deixarem a Maternidade. Criou, então, um Posto de Puericultura, que, além de cuidar da saúde da mãe e da criança, desde recém nascidas até 8/12 meses de idade dar-lhes atendimento médico diário e mais os remédios necessários e uma lata de leite em pó por semana, tudo gratuitamente vindo coroadas de êxito pleno a iniciativa. Nesse Posto de Puericultura são atendidas, permanentemente, cerca de 100 (cem) crianças, e suas respectivas mães, mensalmente.

11. — Mais alto que qualquer argumento, falam o Balanço Geral do último exercício, a Demonstração da Receita e Despesa, a relação dos Melhoramentos no exercício de 1971, o Movimento do Posto de Puericultura e no Ambulatório, e os Dados Estatísticos, do Atendimento à Parturientes — Indigentes e Pensionistas, que acompanham o relatório da Diretoria, valendo ressaltar que no ano de 1971, foram atendidos 1.396 partos, dos quais foram indigentes 225.

12. — Traduz bem o que é hoje a Associação, a relação de suas instalações e equipamentos, anexa, e as fotografias que ilustram alguns de seus detalhes e ainda, a dequilo que lhe falta para transformá-la em Maternidade de Primeira Classe, de acordo com as normas do Departamento de Assistência Médica da Previdência Social.

13. — Pretende agora a suplente, Sr. Governador, que retorne ao seu patrimônio o imóvel, na sua totalidade, mediante a doação, pelo Estado, do terreno e benfeitorias construídas.

Bem maior que a colaboração dada pelo Estado, na construção valiosa, por sem dúvida e necessária, na época — foram as obras realizadas pela própria Associação no curso do tempo. E, prova eloquente de sua auto-suficiência, e garantia de sua sobrevivência futura, são os elementos trazidos à apreciação de V. Excia.

A vista do exposto, requer a V. Excia. se digne doar a suplente, o imóvel, para que continue, como até aqui, participando do objetivo comum de todos, governantes, que é o PROGRESSO, A SAÚDE E O BEM ESTAR DE TODOS OS BRASILEIROS.

N. Termos

P. Deferimento.

Rio Negro, 22 de março de 1974.

a) JURACY KATZWINKEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 31-74

O Projeto de Lei ora em exame, originado de Mensagem Governamental, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, o imóvel denominado Hospital Bom Jesus, de Rio Negro, de propriedade do Estado do Paraná, constituído de um prédio em alvenaria de tijolos, com 1.678,00 m², proximadamente e demais benfeitorias, edificado no terreno com a frente para a Praça João Pessoa, Rua 7 de Setembro e Avenida Xavier da Silva, adquirido conforme transcrições de n.º 3.425, fls. 302 do livro 3—D e n.º 3.743, fls. 395 do livro 3—D do Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro.

A iniciativa se inclui entre aquelas que são de competência constitucional do Poder Executivo, estando, portanto, em condições de ser acolhida pela Casa.

Pela aprovação

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Ass. Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 31-74

PARECER

I — O Projeto de Lei n.º 31-74, é originário da Mensagem Governamental n.º 15-74 e visa a autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Caridade de Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, o imóvel denominado Hospital Bom Jesus, daquela cidade.

II — Do ponto de vista financeiro, nada a opor, pelo que opinamos pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1974.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalhó — Relator

(Ass. Ilegível) — Presidente

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-74, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar ao GINÁSIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS da cidade de Camborá, uma caminhonete-Chevrolet ano 1964 de propriedade que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 43-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo a doar ao GINÁSIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, de Camborá, um veículo com as seguintes características: Caminhonete-Chevrolet — Modelo Pick-Up — ano de fabricação 1964 — Chas-

sis n.º G—64—P—4.844—M 6 Cilindros — 142 HP — Placa CE—09.65, Certificado de Propriedade Série A — 298.425 — DETRAN-PR — Cor Verde e Branca — 6 Cilindros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA: Ao apresentarmos o presente plano de lei à apreciação dos Nobres Pares, o fazemos na certeza de uma acolhida positiva, visto tratar-se de uma autorização para doação de veículo pertencente ao Poder Executivo. A doação efetivará a posse plena do referido veículo ao Ginásio Nossa Senhora das Graças que já o detem, visto termo de comodato que anexamos ao mesmo.

SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE COMODATO

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e três, lavrou-se o presente termo de comodato, a título precário, pelo qual a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, neste ato representada pelo seu Titular, cede por empréstimo ao GINÁSIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, de Camborá, representado por sua Diretora, o veículo Caminhonete-Chevrolet — Modelo Pick-Up — Ano de Fabricação 1964 — Motor n.º G—64—P—4.844—M — 6 Cilindros — 142 HP — Placa CE—09.65 — Certificado de Propriedade Série A — 298.425 — DETRAN/PR — Cor Verde e Branca — 6 Cilindros, a ser utilizado nos serviços do referido Educandário.

Para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, é assinado pelos Senhores: OSMARIO ZILLI, Secretário do Trabalho e Assistência Social e SALIMA MATTAR (Irmã Maria Carmela de Jesus), Diretora do Ginásio Nossa Senhora das Graças.

OSMARIO ZILLI — Secretário do Trabalho e Assistência Social

SALIMA MATTAR — Diretora do Ginásio Nossa Senhora das Graças

Testemunhas:

(Ass. Ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 43-74

PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, de Camborá, um veículo com as seguintes características: Caminhonete-Chevrolet — Modelo Pick-Up — ano de fabricação 1964 — Chassis n.º G—64—P—4.844—M — 6 Cilindros — 142 HP — Placa CE—09.65 — Certificado de Propriedade Série A — 298.425 — DETRAN-PR — Cor Verde e Branca.

Sendo mera medida autorizatória ao Poder Executivo, nada existe que obste a tramitação normal do Projeto.

Assim sendo, constitucionalmente, juridicamente ou legalmente e ainda quanto à forma, a Propositura é escorreita. Considerando, ainda, que o referido educandário já detem por empréstimo o veículo acima especificado, conforme termo de comodato anexo o Projeto, a doação proposta efetivará a posse plena do mesmo.

Pela APROVAÇÃO da medida pleiteada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17-6-74.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Ass. Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 43-74

I) — O Plano de Lei em pauta já foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido o parecer favorável.

II) — Como não há óbice de caráter financeiro, concluímos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 06-08-74.

(Ass. Ilegível) — Presidente

Antônio Lopes Jr. — Relator

(Ass. Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Petrônio Romero Carneiro de Souza, ocorrido nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Direção do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja criada uma Agência na sede do Município de Santana do Itararé. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário do Governo, no sentido de que seja autorizado o DESP a proceder os exames de Readaptação do Funcionalismo do Estado. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 29-74 e de Lei n.ºs. 70-74, 102-74 e 103-74.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 31-74 e 43-74, marcando ainda, uma Sessão para sexta-feira, dia 16, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 27-74, 30-74, 49-74 e 73-74. Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 128ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 15 de Agosto de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima e secretariada pelos Senhores Deputados Ovidio Franzoni e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Quêlise Crisóstomo, Rosário Pitteli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (37).
 Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alvaro Dias, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Emílio Carazzai, Ivo Rocha, João Fadel, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Paulo Camargo e Paulo Poli (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 130-74, Veto após o Projeto de Lei n.º 134-72, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Piraquara, para instalação e funcionamento no próximo ano letivo. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, às 9.30 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 129ª Sessão Ordinária
Realizada em 15 de Agosto de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima e secretariada pelos Senhores Deputados Ovidio Franzoni e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Quêlise Crisóstomo, Rosário Pitteli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (37).
 Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alvaro Dias, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Emílio Carazzai, Ivo Rocha, João Fadel, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Paulo Camargo e Paulo Poli (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 86-74.

— de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, solicitando Regime de Urgência e a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 33-74.

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 27, 30 e 49-74.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso regimental, requer, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Doutor Antônio Alves de Oliveira Neto, funcionário desta Casa Legislativa, pelo fato de haver recebido o grau de oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conferido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Fede-se que do fato se dê conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1974.

(a) — Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Celso

Saboya, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., apelando no sentido da criação e instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito, na cidade de Califórnia.

JUSTIFICATIVA:

O único estabelecimento bancário ali existente, deverá ter sua agência transferida para outra cidade, ficando Califórnia, em consequência, sem nenhuma agência bancária. A criação e instalação de uma Agência do Banesfado é, além de ser aspiração da população local, uma necessidade ao desenvolvimento daquela comuna do Norte-paranaense.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1974.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 123-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica transferida, por morte da beneficiária, a pensão mensal de Rosalia Freitas de Carvalho, concedida pela Lei Estadual n.º 913, de 13 de setembro de 1.953, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para sua filha Ondina Carvalho Oliveira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.974.

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste Plano de Lei não é outro senão o de amparar uma viúva, desprovida de recursos e que vivia com a sua mãe Dona Rosalia Freitas Carvalho. Com a morte desta, a pessoa que se pretende beneficiar passou a encontrar dificuldade extrema para a própria manutenção, estando mesmo devido a sua idade já avançada, em situação desesperadora.

Esse o Projeto que submetemos a esta Casa e que esperamos seja aprovado pelos nobres Pares com assento na Assembleia.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 29-74, que estabelece novos horários para realização das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 70-74, que dispõe sobre a criação de cargos na Tabela II, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, estabelecido pela Lei n.º 6.402, de 22-5-73. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 102-74, que dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Escrivães, Oficiais de Justiça, Comissários, Porteiros de Auditório e Auxiliares de Cartório, do Quadro da Justiça e das outras providências. — Aprovado

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 103-74, que dispõe sobre o pagamento da Gratificação de Produtividade que trata a Lei n.º 6.569 de 25-6-74, aos ocupantes dos cargos de carreira que especifica, dos Quadros de Pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15-74, que visa doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e à Infância da Cidade de Rio Negro, o imóvel denominado "Hospital Bom Jesus de Rio Negro", de propriedade do Estado e das outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-74, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar ao Ginásio "Nossa Senhora das Graças" da Cidade de Camba, uma caminhonete-Chevrolet ano 1964 de propriedade que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 86-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. Antônio Alves de Oliveira Neto, Funcionário desta Casa, pelo fato de haver recebido o grau de Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conferido pelo Tribunal Superior do Trabalho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido da criação e instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito, na cidade de Califórnia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia ao Projeto de Lei n.º 33-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 27, 30 e 49-74. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.
Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na sala de Reuniões desta Casa, de conformidade com a convocação feita no dia dois do mês em curso, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Senhores Deputados: Sebastião Rodrigues Júnior, Ivo Thomazoni, Ovídio Franzoni, Nelson Buffara e Erondy Silvério. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 57-74**, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santana do Itararé, ambulância Willys, ano 1966, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. **Aprovado.** 2) — **PROJETO DE LEI N.º 84-74**, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Washington Manoel Vijand de Souza Bermudez. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável com Substitutivo Geral. **Aprovado.** 3) — **PROJETO DE LEI N.º 91-74**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Sociedade Religiosa Seicho-no-Oe, do Brasil, com sede e foro na Capital de São Paulo. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. **Aprovado.** 4) — **PROJETO DE LEI N.º 92-74**, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 10 destocadores, modelo 6 A-DET, e 2 guinchos Hister, números e séries que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. **Aprovado.** 5) — **PROJETO DE LEI N.º 93-74**, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Declara de utilidade pública a Beneficência Assistencial Espirita, com sede nesta Capital. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. **Aprovado.** 6) — **PROJETO DE LEI N.ºs 102-74**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 34-74, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre os vencimentos dos cargos de Escrivães, Oficiais de Justiça, Comissários, Porteiros de Auditório e Auxiliares de Cartório, do Quadro da Justiça, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. **Aprovado.** 7) — **PROJETO DE LEI N.º 103-74**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 35-74, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o pagamento da Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.569, aos ocupantes dos cargos de carreira que especifica, dos Quadros de Pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. **Aprovado.** Foram apresentados, votados e aprovados os Relatórios apostos às **PROPOSIÇÕES N.ºs 125-74 — 126-74 — 127-74 — 128-74 — 129-74 — 130-74 — 131-74 — 132-74 — 133-74 — 134-74 — 135-74 — 136-74 — 137-74 — 138-74 — 139-74 — 140-74 — 141-74 — 142-74 e 143-74**, todos concluindo que os Votos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário desta Casa. 8) — **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29-74**, de autoria da Comissão Executiva. Estabelece novos horários para realização das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes. e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1974.

a) Deputado **FABIANO BRAGA CÔRTEZ** — Presidente
a) **RITA CELESTINO SOARES** — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 18a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto de Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos. **PROJETO DE LEI N.º 284-73** — de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR, com sede nesta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 2-74** — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma Motoniveladora e um Caminhão, pertencentes ao D.E.R. **PROJETO DE LEI N.º 4-74** — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — JUBIM, com sede em Londrina. **PROJETO DE LEI N.º 13-74** — de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de utilidade pública o Orfanato São Valdomiro, com sede e foro na cidade de Irati. **PROJETO DE LEI N.º 61-74** — de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Sociedade de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná — SUCESU, com sede nesta Capital. **APROVADAS.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente
LÉLIO G. SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 284-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAR, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-8-74

aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente

IRIS CALDART e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 2-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, 1 (uma) motoniveladora marca CATERPILAR, n.º 165 e 1 (um) caminhão FORD, n.º 090, considerados inservíveis e de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-8-74

aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente

IRIS CALDART e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 4-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — JUBIM, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-8-74

aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente

IRIS CALDART e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 13-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Orfanato São Valdomiro, com sede e foro na cidade de Irati.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-8-74

aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente

IRIS CALDART e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 61-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná — "SECESU"-PR., com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-8-74

aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente

IRIS CALDART e ALVARO DIAS — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

7a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Reuniões, às dezesseis (16) horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quêlsee C da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Igo Losso e Antônio Maciel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia quando foram relatados, digo, quando foi relatado o projeto seguinte: **PROJETO DE LEI N.º 103-74** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 35-74, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o pagamento da gratificação de produtividade de que trata a Lei n.º 6.569 de 25-6-74, aos ocupantes de carreira que especifica, dos quadros de pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado. Relator Senhor Deputado Quêlsee C. da Silva, parecer favorável — **aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) **QUÊLSEE C. SILVA** — Presidente

a) **TERESINHA B. MOURA E CLARO** — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

7a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 7a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis (4) dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Reuniões, às dezesseis (16) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quêlsee C. Silva, e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Paulo Poli, Alvaro Dias e Antonio Lopes Junior. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia quando foram relatados os seguintes projetos: **PROJETO DE LEI N.º 214-71** — de autoria do Senhor Deputado Hélio Mrafrinato, que autoriza o Poder Executivo construir uma rodovia, ligando Cidade Caucha, Rondon, Indianópolis, Cianorte Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz à Ortigueira, saindo na rodovia BR-376. Relator Senhor Deputado João Fadei, parecer favorável — **aprovado.** **PROJETO DE LEI N.º 279-73** — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a "Associação Interconfessional de Curitiba", com sede e fo-

ro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 31-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 15-74, encaminhando anteprojeto de lei que visa doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e Infância da cidade de Rio Negro, o imóvel denominado "Hospital Bom Jesus de Rio Negro", de propriedade do Estado e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 32-74 — de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que dispõe sobre a concessão de anistia das multas, juros vencidos, acréscimos e correção monetária relativo a créditos tributários originados de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) anteriores a 01.01.74 e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 33-74 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Mendes de Araújo, que autoriza o Poder Executivo, construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédios destinados ao funcionamento da Escola de Comércio na cidade de Francisco Beltrão. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 43-74 — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo doar ao Ginásio "Nossa Senhora das Graças" da cidade de Camborá, uma caminhonete-Chevrolet ano 1964 de propriedade que especifica. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 44-74 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Japira, Trator Marca John Deere, dado em comodato pela Secretaria de Agricultura ao referido município. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 52-74 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, Município de Capitão Leônidas Marques. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 53-74 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo criar como entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 55-74 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santa Amélia, Kombi Wolks ano 1966 e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 56-74 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tomazina, ambulância Willys ano 1966 e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 58-74 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, viatura Willys Rural ano 1966 e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 67-74 — iniciativa do Poder Executivo — Mensagem n.º 25-74, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza a Fundação Educacional do Paraná — Fundepar, contrair empréstimos ou financiamento junto ao Banco Nacional de Habitação — BNH, para obtenção de recursos a serem aplicados em obras de construção ou recuperação de unidades escolares em diversos Municípios do Estado, relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 68-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 26-74, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar ao Município de Santo Antonio do Sudoeste o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290,00 m² da planta geral da sede do referido município. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 70-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 28-74, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação de cargos na Tabela II, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, estabelecido pela Lei n.º 6.402, de 22.05.73. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 102-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 34-74, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Cargos de Escrivães, Oficiais de Justiça, Comissários, Porteiro de Auditório e Auxiliares de Cartório, do Quadro da Justiça e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 50-74 — Aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura, destinado a aplicação de recursos na Expansão e Melhoria do Ensino. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 54-74 — Aprova o Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção de um complexo Penitenciário Agro-Pecuário-Industrial na Região Norte do Estado. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 118-74 — Aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública com os Municípios de Bocaiuva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Quilise C. Silva, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quilise C. Silva — Presidente

a) Teresinha B. M. e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta (16,30) horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quilise C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputado Gilberto Carvalho, Alvaro Dias e Wilson Fortes. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 83-74 — Mensagem n.º 30-74 — encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar no Quadro Único do Pessoal do Serviço

Civil, 22 (vinte e dois) cargos de Bibliotecário nível 24 (vinte e quatro) e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 269-73 — Mensagem n.º 103-73, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei, que estabelece o índice de participação na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM — pelo Município de Francisco Alves. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer pela devolução ao Poder Executivo, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 33-74 — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública, o Centro Acadêmico Carlota Meneguel da Fundação de Agronomia Luiz Meneguel, da cidade de Bandeirantes. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quilise C. Silva — Presidente

a) Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 254/68

Autor: Deputado Sílvio Barros

PARECER

1) — O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Sílvio Barros, objetiva instituir o período escolar rural, nas escolas estaduais ou municipais, do dia 15 de janeiro a 15 de setembro de cada ano, e dá outras providências.

2) — O projeto em exame está "data vênica", superado, tendo em vista que a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura já adotou tal medida, estando mesmo em plena execução.

3) — Nestas condições, somos pela rejeição do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1969.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Ovídio Franzoni — Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 254/68

PARECER

Autor: Deputado Sílvio Barros

Parecer, somos pela instituição do fundo ora proposto, visto ser uma medida justa e oportuna.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1969.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

Arthur de Souza

(Assinatura ilegível)

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N.º 254/68

Autor: Deputado Sílvio Barros

PARECER

Altamente meritório o plano de Lei do nobre Deputado Sílvio Barros pretende a instituição de um calendário escolar específico para as regiões rurais do Estado, pretendendo assim evitar a evasão e o elevado índice de repetência que se verificam em consequência da utilização de mão de obra infantil nas culturas agrícolas familiares.

Em que pese o louvável objetivo, entretanto, perde a proposição o seu objeto, tendo em vista que a Secretaria de Educação e Cultura já implantou o sistema, com base em estudos amplos sobre as condições peculiares a cada Município.

Isto posto, opinamos pela REJEIÇÃO do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Antônio Maciel — Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 2/73 de autoria do Deputado Quilise C. da Silva, que institui o Dia da Agropecuária no Paraná, a ser oficialmente comemorado no dia 19 de setembro de cada ano. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 2/73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o "Dia da Agropecuária", a ser oficialmente comemorado em todo o Estado do Paraná, no dia 19 de setembro de cada ano.

Art. 2.º — Este Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Quilise Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

O dia 19 de setembro é dedicado à Nossa Senhora da Salete, padroeira da Agropecuária. Assim sendo pretendemos, com o presente plano de Lei, instituir nesse mesmo dia, a cada ano, o Dia da Agropecuária, que deverá ser comemorado oficialmente, proporcionando a oportunidade de confraternização dos agropecuaristas do Paraná, na Praça de Nossa Senhora da Salete.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 2/73

I — De autoria do Ilustre Deputado Quilise Crisóstomo da Silva, visa o presente Projeto de Lei instituir o "Dia da Agropecuária", a ser oficialmente comemorado em todo o Estado do Paraná, no dia 19 de setembro de cada ano.

II — O Projeto está articulado e justificado como exige o Regimento Interno da Casa, e não fere preceito legal ou Constitucional. Pela aprovação.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

Antônio Costa — Presidente.

Wilson Fortes — Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER
AO PROJETO DE LEI N.º 2/73

1 — Visa o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Quielso Crisóstomo da Silva, instituir o "Dia da Agropecuária", a ser comemorado em todo o Estado do Paraná, no dia 19 de setembro de cada ano.

2 — Esta proposição devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça mereceu parecer favorável.

3 — Dadas as razões apresentadas pelo nobre autor, na justificação do projeto, não vemos nada a opor quanto ao mérito da presente proposição, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Antônio Maciel — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 90/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Ovídio dos Santos Carrilho, ilustre figura da Justiça paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Poder Judiciário para que,

quando da elaboração da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, seja criado o Distrito Judiciário de São Pedro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos aos vencedores do concurso "Operário Padrão/74", realizado em Araçongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão no sentido de que seja instituída e, imediatamente, instalada uma Comissão de Alto Nível, a fim de cumprir específico estudo sobre real conveniência de proceder-se a transferência da Capital do Estado para a cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando a inserção na Ata, de trechos de sentença, de autoria do MM. Dr. Juiz de Direito Sérgio Angelo Francisco Mattioli, acolhendo pedido de "habeas-corpus" impetrado pela Editora "O Estado do Paraná" em defesa da liberdade de imprensa. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, a Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/73, e Projeto de Lei n.º 2/73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 40/73, 33/74, 81/74 e 90/74 Levanta-se a Sessão.